



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 7/24

FL N.º 178

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024

N.º 7/2024/AM-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho; -----

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 28 de novembro de 2024; -----

Mesa (CDS/PP): -----

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;-----

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;-----

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal.-----

Membros eleitos pelo CDS/PP: -----

- José António Abrantes Soares de Almeida;-----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;-----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;-----

- José do Nascimento Peres;-----

- José Augusto Tavares Ferreira;-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

- Ricardo Jorge da Costa Oliveira em suplência de Daniel Alexandre
Martins Gonçalves;-----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;-----

- Alexandra Pinho;-----

- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa.-----

Membros eleitos pelo PS: -----

2024.11.28

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;-----
- Ana Raquel Tavares Pinheiro;-----
- José Hermínio Tavares Fernandes;-----
- António Miguel Pinho Martins de Castro.-----

Membros eleitos pelo PSD: -----

- João Paulo Carvalho da Silva;-----
- Rosária de Fátima Leite Tavares;-----
- Ana Rita Fernandes Martins;-----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa.-----

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)-----

- Arménio Tavares Lige, Arões;-----
- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos;-----
- Henrique Martins Pereira, Junqueira;-----
- António Luís Martins da Costa, Rôge;-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;-----
- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

Presidente da Junta de Freguesia (PS)-----

- Vítor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal o **Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** e nos termos do n.º3 da legislação atrás referida, assistiram à sessão, **os vereadores:**-----

- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho;-----



- André Agostinho Martins da Silva;-----

- Frederico da Costa Martins.-----

Pelas 20 horas e 05 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 25 deputados municipais, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou aberta a sessão.** -----

Cumprimentou os seus pares na Mesa, líderes das bancadas e restantes deputados municipais, o Sr. Presidente, José Pinheiro e Silva, em representação da Câmara Municipal, e os respetivos vereadores; -----

Cumprimentou os colaboradores da Câmara Municipal que prestam o apoio administrativo, bem como a equipa que se encontra a fazer a transmissão da sessão através da página de Facebook do Município, cumprimentando, por isso, todos quantos acompanham a sessão online, no país e no estrangeiro, bem como, os que se deslocaram ao Salão Nobre para assistir presencialmente.-----

De seguida, deu início aos trabalhos, para dar cumprimento à Ordem de Trabalhos que se transcreve:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de setembro de 2024;-----
- c) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, nos termos previstos no artigo 74.º e n.º 4 do artigo 103º, ambos do RJAL;
(realizado o sufrágio secreto, às 21h, de acordo com a legislação referida) -----

2024.11.28

2. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações: 1 de setembro a 31 de outubro de 2024; -----
3. Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, para a pavimentação exterior envolvente ao Palácio de Justiça de Vale de Cambra;-----
4. Acordo de Geminação do Município de Vale de Cambra com o Município de Buco-Zau – Cabinda – Angola;-----
5. Estratégia de Reabilitação Urbana para a execução de 10 Operações de Reabilitação Urbana de Natureza Simples;-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações; -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas. -----

Informou que, ao abrigo do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações, **foi convocado a participar na sessão, Ricardo Jorge da Costa Oliveira, a pedido do deputado municipal Daniel Alexandre Martins Gonçalves**, ausente por motivos profissionais (e-mail recebido em 24/11/2024, pelas 19:56h).-----

Por impedimentos de última hora e sem substituição, encontram-se ausentes os deputados municipais Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho (e-mail recebido em 28/11/2024, pelas 15:03h) e António Miguel Pinho Martins de Castro do Partido Socialista, bem como, João Paulo Carvalho da Silva do Partido Social Democrata (comunicação verbal ao Presidente da Mesa)-----



Tendo em conta o artigo 39.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi cumprido o previsto no n.º 4, tendo sido recebidos no dia 03/12/2024, os pedidos de justificação de falta de António Miguel Pinho Martins de Castro e de João Paulo Carvalho da Silva. -----

Todas as ausências foram justificadas pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

O Sr. Presidente da Mesa informou ter estado presente ou ter-se feito substituir em vários eventos, em representação da Assembleia Municipal, conforme se descreve:-----

- A 12 de outubro, nas comemorações do 25º aniversário de Armindo Soares Ferreira como Presidente de Direção do Grupo Desportivo e Cultural Estrelas Vermelhas, na sede da Associação em Macieira-a-Velha;-----

- No dia 25 de outubro, na celebração eucarística, em memória dos dirigentes e associados falecidos, no âmbito das comemorações dos 25 anos do clube Hóquei Académico de Cambra; -----

- A 26 de outubro, na inauguração do Centro Cívico de Vila Chã;-----

- A 27 de outubro, na corrida de 50 anos do Grupo Desportivo e Cultural de Codal; e na 8ª edição do Encontro de Cantadas e Cantarolas organizado pelo Grupo de Folclore de Terras de Arões;-----

- Por lamentável falha de comunicação, disse não ter estado presente, nem respondeu atempadamente a um convite da Paróquia de Arões para participar, nesse dia, na celebração da festa do padroeiro da Paróquia de Arões, de São Simão, facto pelo qual já se penitenciou junto do Pároco. -----

2024.11.28

- No dia 8 de novembro, na sessão de abertura da 18ª edição da Feira da Castanha, em São Pedro de Castelões, na qual se prestou uma homenagem ao castelhonense Francisco Marques; -----

- A 16 de novembro, no concerto e jantar comemorativo dos 113 anos da Sociedade Artística Banda de Vale de Cambra; -----

Relativamente à correspondência, disponibilizou para consulta dos deputados municipais presentes, o dossier com a correspondência recebida desde a última sessão. -----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2024:-----

A Assembleia Municipal, com 2 abstenções dos deputados municipais, Henrique Martins Pereira e Nelson Fernandes de Almeida, por não terem estado presentes na referida sessão, e 23 votos a favor, **deliberou por maioria** dos 25 membros presentes, aprovar a ata da sessão ordinária de 26 de setembro de 2024.-----

c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais pela ordem de inscrição: -----

- **Victor de Sousa Tavares** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Manifestou a sua preocupação pela situação do Posto Médico de Macieira de Cambra, porque teve conhecimento de que os utentes têm sido abordados para se inscreverem no Centro de Saúde de Vale de Cambra e, no pressuposto que os dois médicos que prestam serviço no Posto Médico se vão reformar brevemente, os utentes ficariam sem médico e isso levaria ao encerramento daquela Unidade de Saúde. Face ao sucedido, disse que o encerramento do Posto Médico de Macieira de Cambra iria causar inúmeros constrangimentos para a população



local, principalmente aos cidadãos idosos com dificuldade de deslocação, bem como o surgimento de outros problemas associados.-----

Apelou para uma tomada de posição pública e urgente por parte do Sr. Presidente e da Câmara Municipal, para que se assegure à população de Macieira de Cambra, que o Posto Médico se manterá em funcionamento e que serão tomadas medidas concretas para garantir a substituição dos médicos em processo de reforma, por novos clínicos, dando-se, assim, continuidade ao serviço. -----

- **Ana Rita Fernandes Martins** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Começou por referir que o PDM ainda não foi aprovado e que, não estando essa situação regularizada, a Câmara Municipal poderia ser penalizada se pretendesse apresentar candidaturas a fundos comunitários, considerando necessário alertar para essa situação preocupante. -----

Perguntou o ponto de situação da requalificação do bar da praia fluvial, porque sabe que já foi aberto concurso, mas não tem mais nenhuma informação a esse respeito. -----

Quanto ao grande projeto da Alameda da Sra. da Saúde, ponto fortemente referenciado no anterior orçamento, com cerca de um milhão e seiscentos mil euros, ainda não conseguiu perceber se houve desenvolvimentos ou não. -----

Perguntou o ponto de situação do Centro de Artes e Espetáculos, referindo que na sessão do dia 26 de setembro solicitou o PTRF ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo também enviado no dia 2 de outubro de 2024, um e-mail dirigido ao gabinete do Sr. Presidente para o mesmo efeito e ainda não obteve qualquer resposta. -----

Sobre a estrada do Ribeiro em Algeriz, questionou para quando previam a sua conclusão. -----

2024.11.28

A nível da recolha do lixo verificou algum desleixo e pediu esclarecimentos sobre esse serviço. -----

Soube que a Câmara Municipal anunciou apoios para os agricultores valecambrenses e pretende saber, concretamente, como será feita essa distribuição e seleção para se saber a quem serão atribuídos esses fundos. Referiu que os rios poderiam estar mais limpos, porque foi alertada por cidadãos, de que existe um certo desleixo em relação à limpeza dos rios do concelho. -----

Por fim, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, perguntando-lhe se o Centro Cívico tinha condições para ter um Centro de Dia e se iriam avançar ou não com esse serviço, porque considera que é algo que faz bastante falta ao concelho. -----

- **Ricardo Jorge da Costa Oliveira** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online.-----

De seguida leu o texto que a seguir se transcreve:-----

"1- Portugal tem hoje uma democracia consolidada. Todos os partidos políticos têm direito a expressar os seus pontos de vista e a formular as suas propostas para a condução dos destinos de Portugal. -----

2- O processo democrático em Portugal, que começou com o 25 de Abril de 1974, apenas conseguiu encontrar a sua normalidade e a evolução para o sistema que vigora atualmente após o 25 de novembro de 1975. -----

3- O 25 de Novembro, mais do que uma data numa cronologia ou um parágrafo na história de uma revolução, é o momento decisivo em que a mudança segue, irreversivelmente, o caminho para uma democracia liberal de modelo ocidental, e o marco em que o país alcança a verdadeira liberdade. -----

4- Nesse dia, a ação determinada dos militares moderados em prol da democracia evitou que em Portugal saísse vencedora uma ala mais extremista,



garantindo que, no nosso País, fosse cumprida a promessa de uma democracia constitucional e pluralista. -----

A 25 de Novembro de 1975, o povo português colocou-se do lado da liberdade e do pluralismo, contra a vontade de alguns de querer fazer prevalecer a legitimidade revolucionária sobre a legitimidade democrática. -----

Ocuparam um lugar de destaque, nesta data, o General Ramalho Eanes e Jaime Neves, cuja coragem e determinação foram decisivas para travar o processo revolucionário, e os líderes de então do PS, PSD e CDS, pelo seu compromisso inquebrantável com os valores da liberdade e da democracia. -----

De facto, hoje como no passado, pode-se afirmar, de forma esclarecida, que o 25 de Novembro determinou a vontade do povo português em caminhar sobre os trilhos da liberdade, que o 25 de Abril anunciara. -----

Lembrar e comemorar o 25 de Novembro, data a que a esmagadora maioria dos democratas adere, é reafirmar o compromisso de todos com os princípios universais da liberdade de expressão, do pluralismo partidário e das eleições livres. -----

Conforme recordou recentemente o antigo Presidente da República, General Ramalho Eanes, "o 25 de Novembro é continuação do 25 de Abril (...) O esquecimento do 25 de Novembro não ajuda a Democracia. A História não se apaga." Concluindo, o General Ramalho Eanes declarou que "Separar as datas é um erro histórico". -----

Tenho dito."-----

- **Francisco Jorge Rodrigues de Sousa** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online.-----

De seguida leu o texto que a seguir se transcreve:-----

"Ao longo deste período, o Município tem demonstrado um notável compromisso com a educação e a cultura, através de investimentos que refletem uma forte

aposta na formação das novas gerações. Estas iniciativas têm proporcionado melhores condições de aprendizagem às crianças e jovens da nossa comunidade, enquanto valorizam a nossa identidade cultural e promovem o acesso à arte e ao conhecimento. Este trabalho contínuo evidencia o papel central da Câmara Municipal no desenvolvimento educativo e cultural do nosso concelho.-----

Além dos apoios educativos já comunicados na última assembleia municipal, foram implementadas medidas que promovem o sentimento de pertença e a identidade cultural, perpetuando o património local. Destaca-se o sucesso das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo, que envolvem grupos de folclore locais, permitindo às crianças conhecer a cultura, os trajes e danças tradicionais. Na área musical, as crianças exploram o canto polifónico em parceria com a Academia de Música de Vale de Cambra, o Grupo de Folclore de Terras de Arões e o Plano Nacional das Artes. -----

Também se destacam iniciativas que aproximam os alunos ao mundo empresarial, aqui uma novidade, com as atividades de programação em robótica para o 1.º ciclo, que incluem o uso de impressoras 3D, incentivando o gosto pela automação e pela robótica. Estas áreas estratégicas no concelho no âmbito do PRR, as escolas das Dairas e do Búzio serão equipadas muito em breve com as "salas do futuro virtual" dotadas de tecnologias como robótica, realidade virtual e impressão 3D, promovendo as áreas Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática e competências como criatividade e trabalho em equipa. -----

O Portal da Educação de Vale de Cambra, acessível a toda a comunidade, reúne informações essenciais sobre a rede escolar, projetos educativos e ação social escolar. -----

No plano cultural, a programação diversificada incluiu eventos de sucesso, como o Vale Bear Fest, o 22º. Festival de Tunas, o concerto de J.P. Simões no



Santuário de Santo António, e o Encontro Municipal de Folclore, que reuniu os seis grupos folclóricos do concelho numa celebração das tradições locais. -----

Destacam-se ainda projetos como a Biblioteca Tricotada, que atrai novos públicos através do tricô, promovendo o gosto pela leitura; os Domingos com Contos, espetáculos artísticos para crianças de 6 meses a 6 anos, que já fidelizaram mais de 50 famílias; e a Exposição Itinerante "Por Terras do Foral", que também percorre as freguesias do concelho, celebrando a história local com tertúlias e atividades interativas. -----

Estes projetos evidenciam o compromisso do município com a educação, a inovação e a preservação da identidade cultural."-----

- **José António Abrantes Soares de Almeida** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Disse basear a sua intervenção num primado fundamental para um Governo ou para uma Câmara Municipal, que deve ser sempre, as pessoas e não o betão. ----

Falou-se na educação, no apoio social, no desporto e na saúde e a propósito, relativamente à possibilidade do encerramento do Posto Médico de Macieira de Cambra, frisou que se tal facto viesse a acontecer, seria uma situação preocupante para toda a população de Macieira de Cambra e de Rôge. -----

Sobre os impostos municipais, que devem ser o mais reduzidos possível, assim como, o preço dos bens e serviços públicos fornecidos pela Câmara Municipal, referiu que a DECO publicou os tarifários praticados em todos os concelhos do país, comparando duas situações, uma para um consumo médio anual de 120 metros cúbicos, 10 metros cúbicos por mês e outra para um consumo anual de 180 metros cúbicos, correspondente a 15 metros cúbicos por mês, concluindo que Vale de Cambra continua a ser, dos 17 concelhos da Área Metropolitana do Porto, aquele onde as pessoas pagam uma fatura significativamente mais baixa. Em Vale de Cambra, a fatura, incluindo água, saneamento e resíduos sólidos, para

2024.11.28

um consumo de 120 metros cúbicos por ano, corresponde a 254,76€, correspondendo este valor, apenas a 62% do preço médio de toda a Área Metropolitana do Porto. Se comparados os valores com os dos concelhos vizinhos, em Oliveira de Azeméis, as pessoas pagam 1,9 vezes mais, ou seja quase o dobro; em São João da Madeira pagam 1,7 vezes mais; em Arouca pagam 1,65 vezes mais; em Santa Maria da Feira 1,75 vezes mais e em Sever do Vouga pagam 1,6 vezes mais. No caso do tarifário social para as pessoas e famílias mais desprotegidas, ainda é mais aberrante a diferença, porque em Vale de Cambra pagam 84,97€ por ano, quando a média na Área Metropolitana do Porto é de 253,97€ ou seja, em média, cada habitante da região da AMP, paga três vezes mais do que paga um cidadão residente em Vale de Cambra. Em Oliveira de Azeméis, o tarifário social é duas vezes e meia o que é o tarifário de Vale de Cambra; em São João da Madeira, pagam o quádruplo e em Arouca pagam o triplo do que pagam em Vale de Cambra. Considerando todos estes dados importantes, deveriam estes ser alvo de reflexão por parte da oposição, que, muitas vezes, tem mostrado alguma preocupação em relação à sustentabilidade futura da Câmara Municipal, tendo em conta os preços dos bens públicos e dos impostos municipais, cuja manutenção, em sua opinião, não põe em causa a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal. -----

Sobre a dívida, os dados que foram apresentados em reunião revelam uma dívida remunerada de 6 milhões de euros, sendo esta a mais baixa desde há mais de 20 anos no executivo de Vale de Cambra, estando o Município de Vale de Cambra no Anuário Financeiro dos Municípios de Portugal, dentro dos 100 concelhos do país com melhor eficiência financeira e dentro dos concelhos de média dimensão, escalão onde se enquadra. De 2022 para 2023 passou do 42º lugar para o 35º lugar, tendo-se verificado quanto à eficiência financeira, uma melhoria em termos comparativos com os outros concelhos.-----



Felicitou o executivo municipal por se preocupar com a população do concelho, considerando ser esta a razão, pela qual se verifica atualmente um aumento da população, explicitando que entre 2001 e 2011, em 10 anos, foram perdidas em média, 193 pessoas por ano, que de 2011 para 2021 foi desacelerada essa redução e passou-se para a média de 159 e, perante os últimos dados de 2023 do Instituto Nacional de Estatística, entre 2021 e 2023, em média, 14 habitantes por ano, concluindo que a população no concelho de Vale de Cambra, de momento se encontra numa fase de estabilidade, à espera de uma recuperação.--

- **Sérgio Miguel dos Santos Soares** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online, manifestando o seu agrado pela possibilidade de todos poderem acompanhar a sessão desde suas casas.-----

Disse querer agradecer publicamente ao Sr. Presidente da Câmara, o apoio que deu à Feira da Castanha, afirmando que esta tem potencial, não só para São Pedro de Castelões, como também para Vale de Cambra, pedindo mais apoio para este evento que contribui para o desenvolvimento do território e da economia local. Disse ter sido memorável para todos os que estiveram presentes no evento deste ano, pelo *feedback* positivo recebido, tendo, como um incentivo para cada coletividade e para cada IPSS, artesãos, entre outros, isentado de qualquer pagamento do espaço utilizado, considerando esta, também, uma forma de os ajudar a sobreviver durante o ano. -----

Elogiou o vereador André Silva, pela bonita cerimónia de mérito desportivo, onde esteve presente e viu muitos Castelonenses e Valecambrenses a serem reconhecidos com esse mérito. Contudo, considerando ser este um excelente trabalho e o vereador André Silva um homem de desafios, desafiou-o a criar um regulamento para evitar que, por um motivo ou outro, algumas pessoas fiquem de fora deste tipo de cerimónias, e para que sejam tidas em conta outras áreas, porque há muita gente que “dá” muito a Vale de Cambra, caindo bem ter uma

2024.11.28

palavra de reconhecimento, para que continuem a trabalhar em prol de Vale de Cambra. -----

Sobre o lugar da Felgueira, onde constata uma diminuição da população, disse que devido aos fogos, os eucaliptos largaram as folhas que, juntamente com a terra arrasaram as valetas que, a somar ao alcatrão das estradas que foi danificado, tornaram difícil a circulação dos moradores, pedindo um apoio para dar resposta a esta e a outras necessidades dos lugares do interior da sua freguesia.-----

- **Rosária de Fátima Leite Tavares** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online.-----

Referiu que a bancada do PSD, há muito tempo, fez um pedido ao Sr. Presidente da Mesa, no sentido de poder aceder às atas das sessões da Assembleia Municipal e às atas das reuniões de Câmara Municipal, dos mandatos 2005 a 2009, 2009 a 2013, tendo recebido um ofício na sessão anterior, do Sr. Presidente da Mesa, a informar que, conforme ofício do Sr. Presidente da Câmara, as atas das reuniões da Câmara Municipal seriam disponibilizadas no site institucional do Município, onde, até ao momento, nada consta. -----

No dia 13 de setembro, a bancada do PSD solicitou por e-mail, com urgência, cópia de todas as peças procedimentais do contrato N.º 55/2016, e não obtendo resposta, enviou novo e-mail a 14 de outubro, reforçando o pedido, mas, até ao momento, nada recebeu. -----

Foi também pedida toda a documentação sobre o PDM, para que, com todos os elementos à disposição, a sua bancada conseguisse fazer uma análise mais aprofundada, e que, até àquela data, nada receberam. -----

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Mesa e ao Sr. Presidente da Câmara dizendo-lhe que, se não lhes forem fornecidos os documentos para fiscalizar, se tornava difícil fazer o seu trabalho. -----



2024.11.28

ATA N.º

7/24

FL. N.º 185

Recordou que em anteriores sessões da Assembleia, a sua bancada foi pública e injustamente acusada de boicote, mas, de momento, parece-lhe que, afinal, a boicotada é a bancada do PSD, apelando a que façam um esforço e lhes concedam a documentação solicitada. -----

Pediu o compromisso do Sr. Presidente da Mesa, em transmitir online a próxima sessão extraordinária da Assembleia Municipal, de 5 de dezembro, por considerar o Orçamento, um assunto importantíssimo para todos os Valecambrenses, para que estes tenham a oportunidade de ver e ouvir, como são geridos os dinheiros públicos do seu concelho.-----

Sobre a segurança das pessoas no nosso concelho, assunto que cada vez se torna mais preocupante, disse, dado os relatos assustadores que se estavam a multiplicar, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tinha conhecimento e se poderia dar mais dados concretos sobre este assunto, bem como, em que termos é que a criminalidade em Vale de Cambra está a aumentar, sendo, na sua perspetiva, importante acalmar e sossegar as pessoas, não espalhar o pânico como estava a acontecer, frisando que a bancada do PSD estava disponível para ajudar e a cooperar no que for possível.-----

Ouiu o senhor deputado municipal José Soares a falar de taxas e impostos baixos em Vale de Cambra e que esta estava no topo da lista, considerando esse aspeto importantíssimo para os cidadãos, porque lhes proporcionava uma melhor qualidade de vida. Contudo, não o ouviu falar dos cidadãos de Vale de Cambra que não possuem ligação de água potável nem ligação do saneamento da rede pública, contribuindo, também, estas condições para a sua qualidade de vida. -----

Dirigindo-se ao deputado municipal José Soares, frisou que na passada sessão este lhe lançou o desafio de apontar quais as irregularidades mencionadas por esta na sessão de 27 de junho, onde aquele não esteve presente, passando a citar o que então referiu, por considerar haver, realmente, irregularidades: -----

“Facto 1. - A Câmara Municipal assinou um contrato com a empresa CASMI, que é uma empresa da qual uma deputada municipal em pleno exercício de funções é sócia. Há irregularidade? Sim, basta consultar a lei, o parecer da CCDRN, que já aqui facultamos, ou o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, que também já aqui facultamos.”-----

“Facto 2. - A Câmara Municipal contratou uma empresa de táxis para lhe prestar apoio jurídico. Há irregularidade? Sim.”-----

Frisou que não ia enumerar legislação, nem acordos, nem pareceres, que bastava o bom senso e a boa fé de qualquer pessoa ou de qualquer entidade, que as irregularidades que referiu falam por si.-----

- **O Sr. Presidente da Mesa** respondendo à bancada do PSD, disse ter recebido um pedido de cópias das atas das reuniões da Câmara e sessões da Assembleia Municipal num período superior a uma década e ter proferido um despacho inicial a indeferir, por ter considerado não haver uma definição de qual era o intuito fiscalizador, pois dadas as datas, extravasava claramente a função fiscalizadora. Renovado o pedido, e para não ser acusado de ser parcial, disse ter remetido para a Câmara Municipal, falado com o Sr. Presidente da Câmara, que pediu um parecer jurídico e na sequência, foi dado seguimento, presumindo que esse assunto estivesse resolvido. -----

Sobre o PDM, sendo um documento com milhares e milhares de páginas e que estava e está a ser trabalhado, modificado disse não fazer sentido, então, ter dois ou três funcionários, durante uma a duas semanas a tirar fotocópias de documentos que, quando fossem entregues, já tinham sido alterados. Entretanto, foi entregue a todas as bancadas uma pen com a documentação e plantas em papel da proposta do PDM, conforme pretensão das bancadas, tendo-se disponibilizado o gabinete do PDM para atender os membros da Assembleia



2024.11.28

ATA Nº 7/24

FL. Nº 186

Municipal, se assim o entendessem, deixando-lhes o agradecimento pela disponibilidade.-----

No que se refere à transmissão online, afirmou que o que foi consensualizado e dito era que as sessões seriam transmitidas, independentemente de ser ordinárias ou extraordinárias, exceto, se acontecer algum percalço, que obviamente o impeça.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu novamente a palavra aos deputados municipais inscritos:-----

- **Ana Raquel Tavares Pinheiro** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online.-----

Referiu que, além de outros, a segurança é um pilar essencial para o bem-estar da nossa população, mas tem havido um aumento de assaltos no nosso Município, e embora saiba que a segurança não é competência da Câmara Municipal, em nome da bancada do PS, apelou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para que se faça um esforço conjunto com as entidades de segurança e se reforce a segurança no concelho.-----

- **José Hermínio Tavares Fernandes** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online.-----

Afirmou que mora no lugar de Merlães da freguesia de Cepelos e que não se importava nada de pagar quatro vezes mais que a média nacional, para ter água e saneamento no seu lugar. Informou que ainda há freguesias que estão piores que Cepelos, porque na freguesia já têm um ou dois lugares com saneamento.----

Salientou que é filho de emigrantes, sendo absolutamente favorável à imigração, constatando que em Vale de Cambra, o regredir da diminuição demográfica prende-se, basicamente, com os imigrantes que estão a chegar e a instalar-se neste município. -----

2024.11.28

Por imperativo legal, sendo 21 horas, o Sr. Presidente da Mesa interrompe este período de intervenção para dar lugar à Eleição do novo membro da Comissão Executiva Metropolitana, conforme agendado no ponto 1 da Ordem do Dia, que se antecipa para cumprimento deste procedimento. -----

1. ELEIÇÃO DE NOVO MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA DO PORTO, NOS TERMOS PREVISTOS NO ARTIGO 74.º E N.º 4 DO ARTIGO 103º, AMBOS DO RJAL: -----

Na sequência do ofício S00800-202410-DAG-CM/APA - Conselho Metropolitano do Porto de 29.10.2024 foi convocada a Assembleia Municipal para Eleição de Orlando Jorge Vieira de Silva Leal, como membro da Comissão Executiva Metropolitana, nos termos previstos no artigo 74º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações, por força do disposto no n.º 4 do artigo 103.º, da referida Lei, dada a vacatura do cargo de Secretário Metropolitano, por renúncia de António Miguel Dias Alves de Oliveira (Secretário remunerado). -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início ao procedimento para a realização do escrutínio secreto, tendo sido chamados os deputados municipais votantes, que depositaram o voto na urna que se abriu logo de seguida, para o devido apuramento de resultados. -----

- Do ato eleitoral obteve-se o seguinte resultado:-----
- Número de eleitores presentes – (18);-----
 - votos a favor – (13);-----
 - votos brancos – (4);-----
 - votos contra – (1); -----
 - votos nulos – (0);-----

A Assembleia Municipal, com a presença de 18 membros votantes, após os procedimentos de votação por escrutínio secreto, apurou como resultados, 13 votos a favor, 1 voto contra e 4 votos em branco, tendo deliberado por maioria,



2024.11.28

ATA N.º

7/24

FL N.º

187

eleger o membro da Comissão Executiva Metropolitana, Orlando Jorge Vieira da Silva Leal, nos termos previstos no artigo 74º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por força do disposto no n.º 4 do artigo 103, da referida Lei. -----

O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do texto e a minuta da deliberação, para que, assim, se possa lavrar a Ata de Apuramento e a sua imediata transmissão à Área Metropolitana do Porto, através do e-mail apabreu@amp.pt e nos termos do Regulamento Eleitoral, tendo ambos sido **aprovados por unanimidade dos membros presentes**. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu continuidade ao período de intervenções dos deputados municipais e presidentes das Juntas de Freguesia, dando a palavra aos deputados municipais pela ordem da sua inscrição. -----

- **José António Abrantes Soares de Almeida** passou a responder à intervenção da deputada municipal Rosária Tavares, dizendo não ter estado presente na sessão de 27 de junho, por razões de saúde, mas, tendo assistido à reunião online, percebeu bem o que foi dito e por isso na reunião seguinte, respondeu a algumas afirmações que ali tinham sido feitas, sentindo-se tranquilo para desafiar a senhora deputada municipal Rosária Tavares a dizer-lhe quais as irregularidades, porque verificou não ter havido nenhuma irregularidade no processo da adjudicação referido. Teve conhecimento de que esse processo foi apresentado ao Ministério Público, foi julgado no Tribunal Administrativo e Fiscal e foi arquivado e, se tivesse havido alguma irregularidade, arbitrariedade, ou ilegalidade cometida, com certeza que não seria arquivado. Afirmou que acredita na justiça em Portugal, nos tribunais e no Ministério Público e que o Tribunal foi competente ao tomar essa decisão, até porque constatou no próprio Acórdão, que foi feita uma referência elogiosa à forma como o processo foi conduzido, porque permitiu adjudicar esses serviços a uma entidade por um preço inferior àquele que teria sido adjudicado, se fosse escolhida a entidade que ficou classificada em

2024.11.28

segundo lugar. Depois, tendo sido feita essa adjudicação após um concurso público, seria difícil haver alguma irregularidade, e não houve, como o Ministério Público e o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro vieram a comprovar.-----

Relativamente à empresa de táxis que prestava serviços jurídicos, na sua opinião, a intervenção feita, foi uma forma hábil de tentar transmitir às pessoas uma coisa que não aconteceu. Explicitando a questão, referiu que foi uma jurista que preparou esses processos e que a mesma está integrada nessa empresa de táxis, que tem como CAE principal, a atividade da empresa de táxis e como CAE secundário, a prestação de serviços jurídicos. Salientou que, em rigor, não se pode afirmar que foi uma empresa de Táxis que emitiu pareceres jurídicos e, sendo o processo julgado pelas entidades competentes com certeza que já foi ou será arquivado, devendo-se aguardar o respetivo desfecho.-----

Quanto ao abastecimento de água, também concorda e lamenta que uma necessidade básica, não seja satisfeita em todo o concelho, mas sabe que essa realidade também existe noutros concelhos e que muitas pessoas de Oliveira de Azeméis também se queixam que não têm abastecimento de água e as que têm queixam-se de que pagam a água muito mais cara. Referiu que o investimento no abastecimento de água é muito elevado e só pode ser realizado através do apoio de fundos comunitários, tendo sido feito um grande esforço nesse sentido, porque o Município de Vale de Cambra, no programa PT 20 20, foi o terceiro Município dos 17 da Área Metropolitana do Porto, que melhor aproveitou os fundos comunitários, em termos da relação entre os fundos utilizados por habitante e que a rede de abastecimento de água, foi alargada.-----

Falou de uma outra opção, que poderia vir a ser apresentada ao eleitorado nas próximas eleições, e que consistia em abastecer todo o concelho e depois refletir o custo de todo esse investimento no preço da água, o que faria com que o preço



da água fosse quintuplicar ou decuplicar, mas entende que é uma alternativa e uma opção e que as pessoas depois é que decidem.-----

Informou que em Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, a água é explorada por uma entidade privada, a Indáqua e custou-lhe ver que a empresa Indáqua Feira, apresentou nos últimos anos e recorrentemente, um volume de negócios da ordem dos 30 milhões de euros e teve por ano mais de 5 milhões de euros de lucro, considerando que isso é explorar as pessoas para os cofres privados. Contou que em Oliveira de Azeméis, durante o período Covid, houve pessoas que tiveram dificuldade em pagar a água, eram pequenos consumidores, e a Indáqua, passado pouco tempo, começou a penhorar essas dívidas, o que felizmente não tem acontecido no concelho de Vale de Cambra. -----

- **Rosária de Fátima Leite Tavares**, respondendo ao deputado municipal José Soares, disse acreditar nos tribunais, pois é jurista, mas acredita sobretudo nos acordos do Supremo Tribunal Administrativo, e que o processo CASMI não foi julgado, foi arquivado, como tinha sido dito, mas informou que ainda não está tudo dito em relação a este processo, que o mesmo continua em andamento e a última palavra ainda não foi dita nem escrita. -----

Em relação ao processo da empresa de táxis, esclareceu que o processo foi arquivado porque prescreveu, não porque não tivesse acontecido uma irregularidade. Pela sua análise, a irregularidade foi cometida, mas aperceberam-se tarde demais, sendo essa a realidade, admitindo que há outros casos a nível nacional, em que os processos foram arquivados, não porque o crime não existiu, mas sim porque se aperceberam tarde demais para recorrer aos Tribunais. -----

Perguntou ao senhor deputado municipal José Soares, se ele fosse funcionário de uma empresa e se essa mesma empresa tivesse um problema legal ou jurídico, e necessitasse de apoio jurídico, de assistência jurídica, tendo a entidade patronal plena confiança na sua pessoa e no seu profissionalismo, e lhe atribuisse a tarefa

de selecionar e contratar uma empresa para fornecer apoio jurídico, como funcionário exemplar que é, iria com certeza fazer averiguações, e iria pesquisar qual seria a melhor empresa que se adequava às necessidades. Escolheria uma empresa de táxis, para dar apoio à sua entidade patronal? Será que a entidade ia ficar contente, e qual seria a resposta?. Ainda em relação à questão dos táxis, perguntou se por acaso a jurista que tinha sido referida, fazia parte e sendo sócia dessa empresa, não seria também um membro da Assembleia Municipal ativo?.

Também acredita que em Oliveira de Azeméis, hajam pessoas sem saneamento e água potável, mas na verdade não se preocupa com essas pessoas, preocupa-se sim, com os habitantes de Vale de Cambra, porque muitos deles não têm nem água nem saneamento, e é por eles que se encontra ali presente, não pelos habitantes de Oliveira de Azeméis.-----

- **José Soares de Almeida**, respondendo, disse à deputada municipal Rosária Tavares que, pessoalmente, não teria qualquer problema em adjudicar um serviço jurídico a um advogado ou a uma advogada, independentemente de estar integrada numa empresa de táxis, num circo, ou em qualquer outro tipo de atividade, e acrescentou que a senhora deputada municipal tem estado constantemente a falar em nome do PSD, mas recebeu recentemente um comunicado a informar, que ela e dois outros membros já não representavam o PSD, o que afinal acabou por ser público.-----

- **Rosária de Fátima Leite Tavares, pedindo a palavra**, respondeu ao senhor deputado municipal José Soares, que não se espantou de ele ter mencionado o comunicado do PSD, perguntando se ele leu a parte onde constava o seguinte texto, que passou a citar: "Consideramos ser, no entanto, fundamental sublinhar que respeitamos os direitos dos eleitos locais, em particular os eleitos das listas do PSD, independentemente de estarem ou não alinhados com a estratégia concelhia, e o mesmo deverá fazer oposição". Presume ter sido um conselho, que



2024.11.28

ATA N.º

7124

FL. N.º

189

a concelhia do PSD lhe estava a dar, informando-o que na próxima sessão, a bancada do PSD lhe iria oferecer uma prendinha, um recorte de jornal emoldurado para ele colocar na sua secretária, ou numa parede, para se lembrar quem foram e quem são as pessoas do seu partido, e que deve ter cuidado com os telhados de vidro. -----

Findas as intervenções dos deputados municipais, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos pedidos: -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro cumprimentou a Mesa, todas as senhoras e senhores deputados municipais, os senhores vereadores, colaboradores da Câmara Municipal, equipa de transmissão e o público presente. Enviou também uma saudação muito especial, para todos aqueles que em casa acompanhavam os trabalhos da Assembleia Municipal.-----

Começou por responder ao Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, Victor Tavares, dizendo que ficou com alguma preocupação, em relação ao que ele tinha dito na sua intervenção, dado que nunca ouviu, e espera também nunca ouvir falar do encerramento da Unidade de Saúde de Macieira de Cambra, porque sempre lutou ao lado da população, da Junta de Freguesia de Arões, e da Junta de Freguesia de Junqueira, para que Arões e Junqueira não perdessem o seu médico de família, o que não aconteceu, e também fará o mesmo para Macieira de Cambra, de uma forma muito vincada e muito dedicada. Sabe que esse assunto nunca foi abordado nem questionado e, da parte da ULS de Entre-Douro e Vouga, não tem qualquer informação que o leve a pensar que a Unidade de Saúde de Macieira de Cambra vai encerrar, como também não tem qualquer informação de que está a ser feita pressão junto dos utentes, para se mudarem para o Centro de Saúde de Vale de Cambra, por isso, de momento, não considera que seja um problema, mas irá contactar a ULS de Entre-Douro e Vouga, para

2024.11.28

saber o ponto de situação, e se efetivamente há ou não, alguma razão para preocupação, mas acredita que tal não venha a acontecer, até porque é a própria Unidade de Saúde de Macieira de Cambra que tutela Arões e Junqueira, e o trabalho é feito sempre em conjunto.-----

Na resposta às questões da deputada municipal Ana Rita Martins, sobre o ponto de situação do PDM, disse que este esteve em consulta pública e que foram feitas as avaliações dos contributos ou reclamações, cerca de quatrocentas e depois de ter sido feito esse trabalho, fizeram várias reuniões, com as áreas que tutelam as várias áreas e logo que exista resultado dessa consulta às várias entidades, será agendada uma reunião de Câmara e depois uma da Assembleia Municipal, para a aprovação do PDM. Frisou que o PDM é um documento importante, estratégico e estruturante para o Município e que tudo será feito para que seja aprovado o mais rapidamente possível, considerando que de momento há uma série de investimentos que estão parados, pela não existência do PDM e que terão de acelerar todo esse processo. -----

Quanto ao bar da praia fluvial, de momento as obras de requalificação já começaram e conta que os trabalhos decorram com normalidade e com a máxima rapidez.-----

Em relação à Alameda da Senhora da Saúde, reconheceu que existe algum atraso no desenvolvimento do projeto, porque há um diferendo entre a entidade que fez o projeto e a entidade que fez a revisão do projeto, e para a conciliação das duas vontades e dos dois interesses, fizeram recentemente uma reunião, aguardando que desta possa ter saído uma solução para ultrapassar esse problema. -----

O Centro de Artes e Espetáculos está concluído há algum tempo e passaram à fase de selecionar e encontrar uma equipa técnica para lá trabalhar, para que possa abrir o mais rapidamente possível. -----



2024.11.28

ATA N.º 7 124

FL. N.º 190

[Handwritten signature]

Na estrada do Ribeiro, Algeriz, foi feita uma intervenção, com a colocação de infraestruturas de água e saneamento e foi feita a pavimentação, o procedimento foi executado e ficou concluído e de momento naquele sítio não está previsto mais nada. Do outro lado na rua que vem ter ao pavilhão de Algeriz, também se procedeu recentemente à consolidação da rede de infraestruturas nessa mesma rua e à sua pavimentação. -----

Quanto à recolha do lixo, disse que remetia essa questão para o senhor vereador do pelouro, bem como o apoio aos agricultores do nosso concelho.-----

Informou que a limpeza dos rios é uma questão sobre a qual já várias pessoas o abordaram, e passou a clarificar que a limpeza dos rios é da responsabilidade dos privados, ao contrário de se pensar que têm de ser as Juntas de Freguesia ou as Câmaras Municipais a fazer esse trabalho, quando a legislação diz que compete aos privados confinantes com os leitos dos rios, ou com os cursos de água, fazerem a sua limpeza até meio daquilo que é a largura média dos rios.-----

Em adicional à alusão que o deputado municipal Ricardo Oliveira fez ao 25 de novembro, saudou todos aqueles que há 49 anos, no dia 25 de novembro, deram o seu contributo para a consolidação da democracia em Portugal, sendo o 25 de novembro complementar do 25 de abril, agradecendo também àqueles que nessa data tudo fizeram, para a consolidação da democracia e para que a democracia seja em Portugal o que é hoje.-----

Tendo em conta as palavras que o deputado municipal Francisco Sousa proferiu sobre a cultura, a educação e uma série de projetos que o Município tem desenvolvido, aproveitou para realçar com satisfação, que quando se investe na educação estamos a preparar o nosso futuro e nessa área a Câmara Municipal, há uns anos atrás, assumiu o compromisso de requalificar as escolas do concelho e, presentemente Vale de Cambra tem uma boa rede de infraestruturas a nível da educação e um corpo docente consolidado e comprometido com o serviço público

2024.11.28

e com a ligação às crianças. Agradeceu a todos aqueles, que de uma ou de outra forma trabalham na educação, por considerá-la um pilar básico do desenvolvimento de um concelho e de um país. Deu, com muita satisfação, uma nota de reconhecimento pela criação do portal da educação, que é uma ferramenta que permite comunicar com a sociedade e com todos, onde as pessoas se podem informar e ter contacto direto com a oferta educativa, com os estabelecimentos escolares, e com o apoio efetivo dado às famílias e às crianças. Enviou uma palavra de enorme apreço à senhora vereadora da educação, pelo excelente trabalho que tem feito e por se ter dedicado de alma e coração, a toda a temática ligada à educação e à ação social. Também deu nota que foi a primeira vez, que na nossa região se realizou o campeonato nacional das profissões, o SKILLsPortugal Norte 2024, que teve o apoio da Câmara Municipal e a participação de dois jovens do nosso concelho, que obtiveram um desempenho excelente no campeonato das profissões, onde estiveram cinquenta e nove profissões em competição. Referiu que na área da metalurgia e metalomecânica, foi a única escola pública que participou nesse campeonato, revelando-se gratificante o empenho da escola, à qual a Câmara Municipal se associou.-----

Sobre a questão da água e do saneamento, acrescentou que tem sido uma preocupação da Câmara Municipal, transversal a toda a sociedade e também à nossa comunidade, e teria todo o gosto em que Vale de Cambra tivesse uma cobertura integral de água e de saneamento, mas infelizmente isso ainda não é possível, devido à dimensão do investimento que seria necessário fazer, que ascenderia a cerca de cinquenta milhões de euros, para se construir a rede em todo o concelho. Informou que a Câmara Municipal tem feito vários investimentos na expansão da rede de abastecimento de água e saneamento, beneficiando umas centenas largas de pessoas, mas continuam a trabalhar apresentando mais candidaturas. Foram elaborados uma série de projetos que estão prontos e



podem ser candidatados dentro dos limites financeiros disponíveis, para a região Norte, para a Área Metropolitana do Porto e dentro desta, para Vale de Cambra, sendo que a distribuição de verbas é feita por NUTs e como o concelho de Vale de Cambra pertence à Área Metropolitana do Porto, nessa medida tem uma limitação financeira, que não é aquela que gostariam de ter, mas mesmo assim serão ambiciosos nas candidaturas que vão apresentar, e vão tentar encontrar algumas respostas, para as necessidades do Município. -----

Afirmou que o senhor deputado municipal José Soares é uma autoridade em termos financeiros e, apesar de não ser a sua área, tem a noção e a certeza de que o executivo tudo tem feito, para que as contas do Município não entrem em desequilíbrio e para que o Município seja um Município de contas certas, que paga a tempo e horas e que quando faz investimentos, esses investimentos são suportados dentro da limitação do orçamento municipal, aproveitando ao máximo as oportunidades e todos os financiamentos comunitários possíveis, e muitas dessas ações que foram desenvolvidas no Portugal 20 20, tem estado a ser fechadas e finalizadas pela Autoridade de Gestão, com a devolução dos saldos finais das empreitadas.-----

Confirmou o apoio à feira da castanha, tal como é já do conhecimento do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Soares, que realçou a importância dos nossos artesãos, dos nossos produtores, das nossas coletividades e das nossas instituições particulares de solidariedade social. Recordou o compromisso que assumiu em 2014 com o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, de que a Câmara Municipal se iria envolver na feira da castanha, envolver na coorganização da feira da castanha e esse compromisso mantém-se de pé e será para levar até ao fim. -----

Quanto à sessão do reconhecimento de mérito desportivo a muitos desportistas do Município, disse que muitas das pessoas que estiveram no evento, ficaram

2024.11.28

surpreendidas com a qualidade e com a quantidade de jovens e de profissionais ligados ao desporto nas mais variadas áreas, quer como atletas, quer como treinadores, quer como fisioterapeutas. Realçou que existe um “alfobre” em Vale de Cambra de gente de enorme valia, ao mais alto nível, que está espalhada pelo mundo fora, e referiu que foi a sessão zero ou edição zero, uma edição experimental, para que outras possam seguir com a qualidade que esta teve e de preferência que a qualidade possa crescer, considerando que se for feito o reconhecimento do mérito dos nossos desportistas, todos ficarão a ganhar.-----

Sobre os fogos na Felgueira e em Janardo, recordou que foram dias difíceis, esteve muito tempo presente nesse incêndio, com o Sr. Presidente da Junta de freguesia de S. Pedro de Castelões, a acompanhar os trabalhos de combate, tendo havido um empenhamento máximo da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e também dos bombeiros, que foram incansáveis na tentativa de debelar esse incêndio, que ameaçava ser muito preocupante e que felizmente fruto desse esforço e dessa dedicação não atingiu as proporções que todos temiam que pudessem vir a acontecer, como foi o caso de Albergaria e de Sever do Vouga. Na Felgueira e em Janardo, conseguiram, com esforço, minimizar os riscos para pessoas e para os bens. Recentemente levou à reunião da Câmara Municipal o assunto da população da Felgueira, que ficou privada do abastecimento de água às suas casas, para lhes ser atribuído um apoio, que já foi aprovado e que será pago nos próximos dias, como compensação pelo drama que viveram. -----

Respondeu à deputada municipal Rosária Tavares, que já remeteu para os serviços e será dada resposta aos pedidos que foram formulados, havendo alguns já respondidos, tendo pedido aos serviços para, à medida da disponibilidade, irem alojando essas atas antigas no site da Câmara Municipal, porque não era prática corrente fazer-se isso e os últimos anos estão disponíveis,



mas as anteriores que não tinham nada a ver com o seu mandato, que inclusivamente eram de um mandato do PSD, não foram colocadas online e por isso, não pode ser responsabilizado por aquilo que os outros não fizeram, mas tão breve quanto possível essas atas serão disponibilizadas online. -----

Quanto à segurança, na sua perspetiva todas as bancadas estão preocupadas, estão preocupados os cidadãos, as polícias e a sociedade toda, no entanto preferiu dizer a todos os presentes e às pessoas que estavam em casa a acompanhar online, que o executivo da Câmara Municipal tem reunido frequentemente com a GNR e que esta, através dos seus vários departamentos, está a trabalhar e a consolidar os dados necessários, para a realização daquilo que se pretende ver concretizado e espera que brevemente hajam notícias. -----

Quanto à questão CASMI e à questão da empresa de táxis, são duas questões que para si estão encerradas, embora ficasse com uma dúvida, não sabe, relativamente ao processo que prescreveu, se nessa data a pessoa em causa, a que a senhora deputada municipal Rosária Tavares se referiu, era ou não deputada municipal, mas, a ser deputada municipal, seria do PSD, mas não sabe se é por isso que está tão preocupada, por ser com uma deputada do PSD.-----

Informou o deputado municipal José Hermínio que continua a ser preocupação da Câmara Municipal apostar no abastecimento de água, e na expansão da rede de saneamento, e até ao final do ano serão apresentadas algumas candidaturas a fundos comunitários, na expectativa de que elas possam ser rapidamente aprovadas e que depois disso, possam abrir o procedimento concursal.-----

De seguida deu a palavra ao senhor vereador José Alexandre Pinho, para responder às questões da área na qual tem competências delegadas.-----

- O Vereador José Alexandre Pinho saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a restante Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os senhores vereadores, membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta,

2024.11.28

os colaboradores da Câmara Municipal, os técnicos de som e da imagem da transmissão da sessão da Assembleia Municipal, as pessoas que assistem online em casa e o público presente.-----

Respondendo às questões colocadas pela deputada municipal Ana Rita Martins, no que diz respeito à recolha do lixo, informou que de momento não existe qualquer problema de maior com a recolha do lixo, admitindo que, aparte as deposições ilegais, apenas existem os problemas do dia a dia, decorrentes da recolha, que é complicada e que decorre num período noturno. Relativamente à questão dos monos referida, esclareceu que a mesma não é decorrente da prestação de serviços em si, porque esse tipo de lixos têm sido recolhidos nos prazos previstos no caderno de encargos, existindo sim, um problema de falta de civismo, estando-se a preparar mais uma campanha de sensibilização, para divulgação do serviço específico, no sentido de se evitar que os colchões, móveis, entre outros, como alguns resíduos verdes, sejam depositados junto aos contentores.-----

Sobre a questão dos apoios aos agricultores, referiu ter assistido a algumas sessões públicas em S. Pedro de Castelões e em Junqueira, sobre um trabalho decorrente dum financiamento do PRR, para definir a entidade alimentar, da Área Metropolitana do Porto Rural, incluindo o concelho de Vale de Cambra, em parceria com a ADRIMAG e esse projeto teve como génese, a criação de um manual de identidade alimentar, com a identificação dos produtores do nosso concelho, dos produtos endógenos e dos produtos autóctones da nossa região, para fomentar a nossa dieta mediterrânica, que está plasmada nesse manual de identidade alimentar e até teve uma apresentação pública. -----

Esclareceu que se trata de uma fase de mentoria, pretendendo-se desse modo identificar quantos agricultores e quantos produtores temos no nosso concelho, quais é que são os produtos mais produzidos, dificuldades no seu escoamento, as



necessidades de formação ou necessidades a outro nível, não contemplando esta fase, qualquer apoio aos agricultores, admitindo que numa fase posterior, poderá haver um apoio efetivo aos agricultores para o escoamento desses produtos, através da sua divulgação e da disponibilização de uma loja no mercado municipal e também o financiamento do PRR. -----

No que se refere à limpeza das margens dos rios, frisou, conforme já referido, que é competência dos proprietários confinantes com os cursos de água, fazer a sua limpeza, efetuando a remoção de vegetação e o corte de algumas árvores e sendo a Câmara Municipal proprietária, terá que proceder também à limpeza dos rios, nas margens dos seus terrenos.-----

Informou que há algumas regras, no procedimento de limpeza das margens dos rios, principalmente no que diz respeito ao corte de vegetação, o mesmo só deve ser efetuado no final do outono, início do inverno, na época de repouso vegetativo e fora da época normal de nidificação e de reprodução da maior parte dos animais, que ocupam o corredor ripário, tendo-se o cuidado para não se fazer um corte exagerado, danificando as árvores, devendo ser feita essa limpeza na altura própria, porque a Câmara Municipal também assim o irá fazer. Relativamente aos restantes cursos de água, que são maioritariamente detidos por propriedades de privados, serão estes que têm essa responsabilidade e sendo algumas dezenas de quilómetros de cursos de água que temos no concelho, seria impossível efetuar a limpeza na sua totalidade. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais, para intervenções complementares.-----

- **Victor de Sousa Tavares** agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara a sua disponibilidade, em relação à questão do Centro de Saúde de Macieira de Câmara, informado-o que este tem cerca de quatro mil utentes, que estão distribuídos de forma mais ou menos igual, pelos dois médicos que estão ao

2024.11.28

serviço, e que quando um deles deixar de exercer funções, o outro ficará com os quatro mil utentes, não tendo capacidade de resposta. Referiu que há muitos centros de saúde e unidades de saúde, que de momento tem tido dificuldade na substituição de médicos, porque não existe a disponibilidade de médicos, principalmente para os meios mais pequenos, e na verdade já algumas dezenas de utentes foram contactados, e passaram para o Centro de Saúde de Vale de Cambra.-----

Colocou a hipótese, se por ordem do Ministério da Saúde, saíssem dois mil doentes do Centro de Saúde de Macieira de Cambra, e passassem para o Centro de Saúde de Vale de Cambra, na sua opinião seria muito mais fácil colocarem um médico em Macieira de Cambra, do que deslocar duas mil pessoas para Vale de Cambra, e por isso apelou para que sejam feitas todas as pressões possíveis, para que sejam colocados médicos em Macieira de Cambra, de modo a se evitar o encerramento do Centro de Saúde de Macieira de Cambra, e a saída dos utentes para o Centro de Saúde de Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Victor Tavares, que quando chegou à Câmara Municipal, havia alguns utentes sem médico de família, e que um dos trabalhos que fez junto do ACES, foi lutar para que todos os cidadãos de Vale de Cambra, tivessem médico de família.-----

Informou que a Câmara Municipal entregou uma viatura elétrica ao Centro de Saúde de Macieira de Cambra, para o serviço domiciliário de apoio às pessoas que necessitam de serviços de enfermagem e de outros serviços associados à área da saúde. -----



Frisou que não aceitará que Macieira de Cambra fique sem os dois médicos de família, e mesmo estando perto da idade da reforma, a ULS de Entre-Douro e Vouga também sabe qual é a data limite, e poderá haver ou não a prorrogação do seu tempo de serviço, porque de momento há muitos médicos que estão reformados e continuam a trabalhar no SNS.-----

Comprometeu-se a entrar em contacto, com os responsáveis da ULS de Entre-Douro e Vouga para abordar esse assunto, e depois dará nota disso ao Sr. Presidente da Junta, para tranquilizar a população da freguesia de Macieira de Cambra.-----

- **Rosária de Fátima Leite Tavares**, no uso da palavra, por ter sido questionada pelo Sr. Presidente da Câmara, se tinha mencionado o assunto, pelo facto da deputada municipal e Jurista em questão ser deputada municipal do PSD, em relação a isso, referiu dois pontos:-----

Em primeiro, no seu entendimento, o Sr. Presidente da Câmara estava publicamente a assumir que o contrato dos táxis foi assinado, não só com uma empresa de táxis, mas também com uma empresa, cuja sócia era um membro ativo da Assembleia Municipal. Em segundo, afirmou que na verdade era uma deputada municipal do PSD, e pelo simples facto da bancada do PSD abordar esse assunto e de o denunciar, mostra também o carácter e a isenção que têm no trabalho, como membros da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu à deputada municipal Rosária Tavares, que o que tinha dito, e que podia ser confirmado, era que não sabia se à data, a senhora era deputada municipal. O que disse foi que sabia que essa senhora era deputada municipal do PSD, mas à data da celebração do contrato, não sabia, nem podia confirmar se era ou não, deputada municipal. Foi isso que disse, para que fique clarificado.-----

2024.11.28

- **Sérgio Miguel Santos Soares** informou que após os fogos florestais, as estradas ficaram danificadas. Referiu que o estradão que liga o lugar de Cabril ao lugar do Barbeito, é um caso que o preocupa, tendo enviado duas ou três cartas para a Câmara Municipal, a expor o problema da deposição de muitas toneladas de madeira, no estradão de Cabril, junto das habitações, situação que tem causado bastante transtorno às pessoas que lá habitam, porque de inverno têm lama até à entrada das suas portas, sendo obrigados a entrar pelas garagens, e de verão não podem ter as janelas abertas por causa do pó, e por isso, já manifestaram vontade de vender as suas habitações e abandonar aquele local. Informou que o executivo da Câmara já o acompanhou ao local e contactaram com um madeireiro, que se desculpou da situação, dizendo que tinha de trabalhar, mas no seu entendimento embora tenham de trabalhar, existem regras, e na sua opinião enquanto não houver um regulamento que obrigue os madeireiros, ou os proprietários a comunicar onde vão ser feitos os cortes da madeira, quando os vão efetuar e onde a vão depositar, a mesma situação vai continuar.-----

Apelou ao Sr. Presidente da Câmara, para que seja resolvida a situação de Cabril e do Barbeito, e considerou que o estradão é muito importante para o Barbeito, porque se um dia acontecer alguma calamidade no rio, as pessoas do Barbeito não têm por onde sair.-----

Em relação ao bar da praia fluvial, sabe que está em obras, e que cada vez mais, é difícil os empreiteiros cumprirem com os prazos. Sobre a praia fluvial de Burgães, devido à sua boa localização, sugeriu que devia ter um espaço aberto diariamente, não só na época balnear, mas durante todo o ano, porque diariamente muitas pessoas frequentam aquela zona, e podiam usufruir do espaço que a Associação do Burgães tinha. -----

Tomou conhecimento que a Câmara Municipal começou mais uma campanha da reciclagem do vidro e parabenizou o senhor vereador por essa iniciativa,



desejando que a mesma seja divulgada nas escolas e aos jovens. Tem conhecimento de denúncias de irregularidades, que têm chegado à Câmara Municipal, porque algumas pessoas não cumprem, e deixam recipientes de vidro num canto, ou na beira de um monte, o que é lamentável e na sua opinião, devia haver multas para essas pessoas, porque há condições de recolha e meios próprios para esse efeito.-----

Solicitou ao Sr. vereador ecopontos para substituir os que foram vandalizados no lugar de Cartim, porque há bastante tempo que as pessoas se queixam da falta deles, e têm causado grande transtorno, principalmente às pessoas mais idosas. Informou que pediu ecopontos para o lugar da Felgueira, e oportunamente serão lá colocados. Não se esqueceu das pessoas que lá habitam, e desejou que se sintam confortáveis e com vontade de levar mais pessoas para lá.-----

Por fim apelou ao Sr. Presidente da Câmara, para que sejam pavimentadas algumas ruas, principalmente a Avenida Vale do Caima, que se encontra bastante danificada junto da rotunda, que dá acesso para as piscinas, por ser uma das ruas mais movimentadas da cidade e da sua freguesia, referindo também haver a necessidade de pintura das passadeiras nas ruas.-----

- Ana Rita Fernandes Martins dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara e pediu-lhe um esclarecimento adicional sobre o PDM, porque não percebeu se ele confirmou ou não, a aprovação do PDM até ao final do ano, e também questionou se lhe ia ser facultado o PTRF do Centro de Artes e Espetáculos, ou seja, o recibo da candidatura do Centro de Artes e Espetáculos.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse à deputada municipal Ana Rita Martins, que vai verificar junto dos técnicos da Câmara Municipal, o pretendido sobre o CAE. -----

Sobre a questão do estradão de Cabril ao Barbeito, afirmou que o Sr. Presidente da Junta, tem conhecimento que foi pedido muito recentemente a um madeireiro,

para fazer a deposição da madeira mais longe das casas, que existem em Cabril. Informou que foi dada instrução aos serviços para fazerem uma intervenção, numa primeira fase, do lado de Cabril, para minimizar os danos, os riscos e o incómodo, que a situação acarreta para com as pessoas que ali vivem. Também vão tentar levar isso ao lado do Barbeito, porque é importante essa ligação, que poderá servir como escapatória para as pessoas do lugar do Barbeito, numa situação de subida do caudal do rio Caima.-----

Referiu que a proibição da deposição de madeira, é uma questão antiga, e que nem sempre tem sido fácil coabitar com os madeireiros, que têm viaturas pesadas e com a dimensão dos equipamentos, os danos que provocam nas vias, nos caminhos municipais e nos caminhos florestais, são consideráveis, tendo sido sempre um problema. Considerou que o regulamento, talvez possa vir a resolver, embora haja uma legislação, que também regulamenta todas estas operações, que deve ser acautelada e utilizada, devendo haver uma maior fiscalização e um maior acompanhamento, de todas as ações que os madeireiros executam.-----

Informou que a Câmara Municipal já pediu os ecopontos para Cartim, embora não sendo uma responsabilidade sua, tem insistido com a ERSUC, para a sua colocação, e quanto à pavimentação de ruas, muito recentemente foram feitas algumas pavimentações, na freguesia de S. Pedro de Castelões. Referiu que a pavimentação da avenida Vale do Caima é uma questão premente, e também parte da avenida Infante D. Henrique, do posto das quatro luzes em direção à BP, que começa a ter alguma degradação, e por isso irá tentar resolver essa questão e no que se refere à pintura das passadeiras, informou que já foi feito um trabalho de inventariação das necessidades de pintura, e algumas passadeiras vão ser pintadas o mais breve possível.-----

De seguida deu a palavra ao vereador José Alexandre Pinho, que esclareceu que a campanha referida pelo Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões -



2024.11.28

ATA Nº

7/24

FL. Nº

196

Vale de Cambra recolhe mais vidro - é financiada pela Sociedade Ponto Verde, e que consiste na visita e na sensibilização de todos os comerciantes do canal Horeca, para terem essa preocupação de reciclar o vidro, sendo o vidro um resíduo que é 100% reciclável. A totalidade do vidro é reciclável e pode ser reaproveitado o material a 100%, tratando-se de uma aposta, para se cumprir várias metas até 2030, algumas intercalares até 2025.-----

Mais informou que irão reforçar a recolha seletiva, ou as campanhas para a recolha seletiva, no caso dos comerciantes, mas também na população em geral, havendo a preocupação neste quadro comunitário, na aquisição de alguns ecopontos, embora a competência para a colocação e para a recolha dos ecopontos, seja da ERSUC.-----

Confirmou que foi solicitada à ERSUC a reposição do ecoponto em Cartim, bem como a colocação do ecoponto na Felgueira de S. Pedro de Castelões, e informou que houve uma subida considerável do número de ecopontos no concelho, de 75 em 2017, para cerca de 130, 135 que estão colocados atualmente. Referiu que a Câmara Municipal irá candidatar-se ao fornecimento de ecopontos para reforçar o número existente, não fazendo sentido que o número de contentores para resíduos indiferenciados, seja tão superior ao número de ecopontos. Considerou benéfico que haja essa preocupação da existência de ecopontos, porque é sinal que as pessoas querem reciclar e querem ter condições para tal.-----

Não havendo mais intervenções ou esclarecimentos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia, com a presença de 25 deputados municipais (18 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia):-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2024.11.28

1. ELEIÇÃO DE NOVO MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA DO PORTO, NOS TERMOS PREVISTOS NO ARTIGO 74.º E N.º 4 DO ARTIGO 103º, AMBOS DO RJAL: -----

Antecipado e realizado o procedimento de escrutínio secreto, durante o Período de Antes da Ordem do Dia, por ter sido agendada a votação para as 21h.-----

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do **anexo I**, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações, (RJAL):-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

Tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal se disponibilizado para fazer os esclarecimentos necessários, não houve qualquer pedido de informação.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 15/11/2024, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de setembro a 31 de outubro de 2024. -----

3. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E O INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, IP, PARA A PAVIMENTAÇÃO EXTERIOR ENVOLVENTE AO PALÁCIO DE JUSTIÇA DE VALE DE CAMBRA:-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que houve algumas reuniões entre a Câmara Municipal e os serviços da justiça, e que inicialmente pretendiam que fosse a Câmara Municipal a realizar a expensas próprias, aquele trabalho. Depois de alguma consensualização, houve um entendimento, este acordo de colaboração, em que o Município faz o projeto, abre o procedimento, acompanha



e fiscaliza os trabalhos a executar, fazendo, o IGFEJ o pagamento ou o ressarcimento à Câmara Municipal, do valor que vier a ser objeto do concurso que for aberto para esse fim.-----

Acrescentou que como se trata de um contrato interadministrativo, é competência da Assembleia Municipal autorizar a sua celebração, para que depois possam realizar os trabalhos, em colaboração com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, IP.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 25 membros presentes, aprovar a celebração do Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, para a realização de empreitada de reparação da pavimentação exterior envolvente do Palácio de Justiça de Vale de Cambra, no âmbito da colaboração institucional, de acordo com a minuta e ao abrigo do disposto na alínea k) do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conforme a deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2024. -----

4. ACORDO DE GEMINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA COM O MUNICÍPIO DE BUCO-ZAU – CABINDA – ANGOLA;-----

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro informou que há alguns anos estagiou na Câmara Municipal, um cidadão angolano que ficou com algumas ligações e amizade para com a cidade de Vale de Cambra, sendo atualmente um membro destacado do Governo da Assembleia de Angola e tem uma pessoa próxima, que é o administrador municipal de Buco-Zau em Cabinda que já esteve duas ou três vezes em Vale de Cambra, onde fez algumas visitas, acompanhado do executivo da Câmara Municipal, tendo surgido de ambas as partes a vontade de estabelecerem a geminação.-----

2024.11.28

Salientou que o objetivo desta geminação é essencialmente, estreitar laços de amizade entre Portugal e Angola, neste caso entre Buco-Zau e Vale de Cambra e também ser uma ponte para algumas das necessidades que Buco-Zau tem, e aquilo que pode ser a cooperação entre os dois municípios, considerando-se este acordo de geminação um acordo lato, que permite muitas áreas de intervenção e de atuação.-----

Mais informou, que Angola está obrigada pela sua legislação, a que as autorizações de geminação tenham a chancela do Presidente da República Angolana, e o município de Buco-Zau tratou de toda essa parte formal ligada ao acordo de geminação, de todo o processo e de todas as conversações que houve. Também foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, avançarem com o processo de geminação. O município de Buco-Zau embora distante tem algumas potencialidades e também algumas necessidades que os Valecambrenses poderão aprofundar e no fundo serem auxiliares dessas dificuldades, mas também podendo ter a oportunidade, nomeadamente, o tecido económico e empresarial, de poderem fazer investimentos e de colherem alguns benefícios com esta geminação.-----

Referiu que temos uma área que é muito desejada por Buco-Zau, que tem a ver com a formação, sabendo-se que há um desemprego muito grande em Angola, e muitos jovens Angolanos que estão ansiosos por terem formação e por poderem ter novas oportunidades, esperando-se que este acordo de geminação a ser aprovado, possa ser profícuo para ambas as partes.-----

Ainda sobre as potencialidades de Buco-Zau, acrescentou que este município na área das madeiras, tem uma produção muito significativa, tem também ouro e muita agricultura, com uma necessidade muito grande de desenvolvimento, existindo várias áreas onde os Valecambrenses podem cooperar e espera que



este seja o primeiro passo neste acordo de geminação, para futuros entendimentos e para futura cooperação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 25 membros presentes, autorizar e aprovar a celebração do Acordo de geminação do Município de Vale de Cambra com o Município de Buco-Zau – Cabinda – Angola, ao abrigo do disposto na alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e suas alterações, e conforme deliberação da Câmara Municipal de 12 de novembro de 2024. -----

5. ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A EXECUÇÃO DE 10 OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DE NATUREZA SIMPLES:-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, sobre as ARU, informou que a Câmara Municipal começou por criar em Vale de Cambra duas áreas de reabilitação urbana, uma da zona central de Macieira de Cambra e outra na área envolvente à cidade, e depois foi reivindicada a criação de mais Áreas de Reabilitação Urbana e que a Câmara Municipal estendeu quase ou praticamente a todo o concelho, para permitir que todas as pessoas que quisessem proceder à reabilitação urbana, pudessem beneficiar dos benefícios fiscais, que são concedidos nas áreas de reabilitação urbana.-----

Explicou que a aprovação das ARU que de momento o Município têm em vigor, estava obrigatória e indexada a regulamentação, que no fundo são as Operações de Reabilitação Urbana, e no prazo de três anos a Câmara Municipal teria que fazer as ORU, o que aconteceu, e foram submetidas à aprovação em reunião de Câmara. Sendo no fundo o adensar e o regulamentar as ARU e com essa regulamentação, cumprir-se aquilo que está legislado, que é no prazo dos três anos após a criação das ARU, puder-se ter todo o processo concluído, porque se as ARU não forem aprovadas, no final deste ano as pessoas deixarão de poder

ter a oportunidade de recorrer a essa ajuda, que é muito importante para as suas requalificações e recuperações do edificado.-----

Referiu que os municípios têm um défice de habitações disponíveis, quer para venda, quer para arrendamento, e que de acordo com o resultado do último censos, existem cerca de novecentas habitações no concelho que estão devolutas, sendo uma extraordinária janela de oportunidade, para se reabilitar parte das casas que existem no concelho e transformá-las em habitação digna, que sirva para o mercado do arrendamento, ou se não for esse o destino, que sejam também possíveis de ser comercializadas, ou utilizadas pelos seus proprietários.-----

Acrescentou, que muitas aldeias têm vindo a perder habitantes, sendo esta uma oportunidade para que as pessoas cada vez mais, possam vir a fixar-se no concelho. Salientou que esse atenuar da perda de população, que o senhor deputado municipal José Soares tinha referido, não se deve só à entrada de pessoas de outras nacionalidades no concelho, mas também ao regresso de muitas pessoas que viviam em Lisboa, e noutros locais do país, que optaram por regressar a Vale de Cambra. Desejou a todos as boas vindas, que se sintam bem cá, para que as aldeias que têm muitas casas abandonadas e devolutas, possam ter uma nova vida e uma nova utilidade.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais.-----

- José António Abrantes Soares de Almeida recordou que no mandato anterior, tinham votado a criação de duas áreas de reabilitação urbana no concelho, para a zona mais urbana, que depois foram justamente estendidas a todo o concelho, de acordo com a legislação que estava em vigor, tornando todo o concelho mais coeso, favorecendo com alguma discriminação positiva, o interior do concelho, tendo sido aprovada a criação de mais oito áreas de reabilitação urbana. Frisou que naquela altura chamou à atenção, para o ónus que existe nas áreas de



reabilitação urbana, porque não são só as vantagens que são grandes, quer para o Município, quer para as pessoas que irão reabilitar as suas propriedades, mas também o ónus. Referiu que as ARU vão ser benéficas para o concelho, como um todo, porque haverão casas reabilitadas e com condições de habitabilidade boas, sendo uma das exigências para que possam beneficiar dos apoios, os proprietários, que também vão ter benefícios em termos de financiamento do IHRU, com condições preferenciais de financiamento e benefícios fiscais, nomeadamente em sede de IVA, de IMI e também de IMT.-----

- **Ana Rita Fernandes Martins**, referindo-se ao ponto em discussão, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, como tinha sido feito o procedimento da contratação desse serviço.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro respondeu à deputada municipal Ana Rita Martins, que o procedimento tinha sido aberto ao abrigo do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei N.º 75/2013, de acordo com competências que tem por lhe terem sido delegadas pela Câmara Municipal, as quais pode utilizar, considerando os montantes que estão envolvidos no procedimento, cumprindo assim a Lei da Contratação Pública. Frisou que a aprovação das ORU é competência da Câmara Municipal, e obviamente da Assembleia Municipal.-----

- **Ana Rita Fernandes Martins** disse que não tinha percebido, porque é que foi de ajuste direto e depois levou à reunião de Câmara. Achou que não faz muito sentido.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que também não percebeu qual foi a questão colocada, se era sobre o que é que foi levado a reunião de Câmara ou se era sobre a abertura do procedimento.-----

2024.11.28

O Sr. Presidente da Mesa esclareceu o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que a deputada municipal tinha dito que foi feito ajuste direto, e que depois foi levado a reunião de Câmara, e portanto na sua ótica sendo o procedimento decidido por ajuste direto, não fazia sentido que depois fosse à reunião de Câmara, sendo essa a questão.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em relação à questão suscitada, clarificou que o procedimento não foi à reunião de Câmara, o que tinha ido à reunião de Câmara foi a aprovação das ORU, que são coisas completamente diferentes. Quanto à abertura do procedimento, é uma competência sua, e portanto não tem que levar esse assunto à reunião de Câmara. Informou que essa questão na altura, foi levantada na Câmara Municipal, mas depois ficou clarificada em relação àquilo que foi o cumprimento da contratação pública. Depois de executado o trabalho, ele tem que ir à Câmara Municipal, porque é uma competência da Câmara Municipal. Ele próprio, não tem competência para aprovar as ORU.-----

A Assembleia Municipal, com 1 voto contra da deputada municipal do PSD, Ana Rita Martins e 24 votos a favor, **deliberou** aprovar a Estratégia de Reabilitação Urbana para a execução de 10 Operações de Reabilitação Urbana de Natureza Simples a desenvolver nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Arões, Cepelos, Junqueira, Lomba-Agualva, Macieira de Cambra, Rôge, S. Pedro de Castelões, Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho e Núcleo Urbano envolvente à Sr.^a da Saúde da Serra, conforme deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2024. -----

Declaração de Voto da deputada municipal Rosária de Fátima Tavares: “A bancada do PSD vota favoravelmente ao ponto 5 da ordem de trabalhos. No entanto, deixamos uma ressalva e uma dúvida de ordem legal, pelo o que já foi



aqui explanado e queremos, no entanto, enaltecer o excelente trabalho realizado pela equipa técnica da Agenda Urbana. -----

Em suma, o PSD vota a favor, com uma ressalva na forma e não no conteúdo do ponto 5. -----

Declaração de Voto da deputada municipal Ana Rita Martins: “Eu votei contra, não atendendo à questão do IVA que está implícito e aos benefícios que dão estas condições das ARU, e que fique bem explícito que eu não sou contra isso.-----

Votei contra unicamente e só porque tenho dúvidas quanto ao procedimento.”-----

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra público pela ordem da sua inscrição.

- **Mónica Fernandes da Silva:** -----

Falou da Travessa Vale do Caima, e da requalificação do passeio junto ao edifício, conforme processo N.º 2106/20, de 24/01/2020, estando, há mais de 48 meses, os moradores do edifício a aguardar que o passeio seja requalificado dado que, na época de chuva, surgem inundações na garagem do edifício, além de impossibilitar aos moradores transitar naquele passeio, para aceder às suas frações, bem como, visitantes, clientes de estabelecimentos comerciais, tendo ocorrido diversas quedas de pessoas no local, o que tem agravado ainda mais a situação. Disse ter já ter insistido, junto da Câmara Municipal, e que a situação persiste, apelando para que a situação seja resolvida de uma forma célere e eficaz, e que lhe seja dada uma resposta clara e objetiva. -----

- **Jorge Manuel Vasconcelos Correia:** -----

Referiu-se a um problema existente na Rua da Capela, no lugar de Macinhata, onde passa uma tubagem de água, que vai desde a Praia Fluvial até ao lugar do Búzio, que, aparentemente está em muito más condições, havendo com

2024.11.28

frequência rebentamentos da conduta, obrigando os serviços da Câmara Municipal a intervir, escavando a rua, e sequencialmente remendam, tapam, colocam um remendo de betuminoso, ficando a rua num consolidado de remendos. Face ao exposto, pede a requalificação da tubagem e a consequente reparação da via para que a mesma fique transitável.-----

Referiu-se à dificuldade em se manter as faixas de gestão de contenção dos incêndios, da importância da floresta e da vegetação, apelando à tomada de medidas, no sentido de se assegurar que no próximo verão, em Vale de Cambra, não seja afetado nem perdido o nosso património.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, quanto ao assunto exposto pela Sr.ª Mónica Fernandes Silva, informou que deu ordens expressas aos serviços para programarem essa intervenção, e nessa medida, o serviço será executado e o problema ficará resolvido. Referiu que a primeira fase dessa requalificação, começou com a pavimentação da Travessa Vale do Caima, prevendo que tudo ficará será regularizado dentro de pouco tempo.-----

No que se refere à conduta na Rua da Capela, informou que os serviços da Câmara Municipal estão a preparar um procedimento para fazer uma intervenção nessa rua, dado tratar-se de uma conduta importante, que está agregada a uma estação elevatória, sendo a pressão na rede considerável prevendo-se uma intervenção num curto espaço de tempo, para eliminar as ruturas sucessivas que causam transtorno às pessoas que ali vivem, provocam danos no pavimento e têm dado trabalho aos serviços.-----

Sobre os incêndios, informou que a floresta é uma área muito sensível, que o preocupa muito e que tem estado presente nas ocorrências, encontrando-se sempre disponível para ajudar a minimizar os problemas associados aos fogos florestais. Mais informou, que tem sido feito um trabalho considerável, pelas equipas de sapadores florestais, estando em curso um procedimento que já foi



2024.11.28

ATA N.º 7 / 24

FL. N.º 201

adjudicado, para se fazer as faixas de gestão de combustível nas vias que estão classificadas no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, intervenção que terá início no mês de dezembro. -----

Salientou que a Rede Energética Nacional e a E-Redes é obrigada a fazer a limpeza das linhas, e do coberto vegetal por debaixo das mesmas, que funcionam como zonas tampão. Também há o trabalho, feito em articulação com o ICNF, de se fazer a queima controlada nas áreas onde tal é possível, sempre com a supervisão da GNR, o acompanhamento dos bombeiros e equipas de sapadores florestais, e com a preocupação de ter os pontos de água e os reservatórios sempre operacionais, para o abastecimento do meio aéreo.-----

Referiu que há um acompanhamento próximo e muito profissional, da divisão de gestão florestal da Câmara Municipal, e uma interação muito grande com as equipas de sapadores florestais, bem como, com os bombeiros, nomeadamente na limpeza e na manutenção de centenas de quilómetros de caminhos florestais que são limpos, mantidos e requalificados. Esse trabalho tem sido feito, e os serviços da Câmara Municipal estão sempre muito atentos, procurando que a primeira intervenção seja um sucesso para o não surgimento dos incêndios.-----

A Câmara Municipal fez algumas parcerias a nível da fiscalização e da monitorização feita pela GNR, e com essa colaboração, no nosso Município, foram detidas três pessoas em flagrante, que estiveram em prisão, fruto de um trabalho silencioso, que foi feito em articulação com as forças de segurança, e que de facto tem resultado e dado os seus frutos. Aproveitou para agradecer às forças de segurança, à equipa da Câmara Municipal, aos senhores vereadores, e a toda a equipa da proteção civil municipal, por serem incansáveis no seu trabalho e na resposta que tem dado.-----

Referiu que por sua iniciativa foram criadas duas equipas de intervenção permanente, com dez profissionais, que estão ao serviço da segurança do

2024.11.28

Município, atuando no combate a fogos florestais, e também muitas vezes no socorro a pessoas e bens, desenvolvendo um trabalho que robustece muito a segurança, que é necessária para as pessoas do nosso Município.-----

Não havendo mais intervenções nem esclarecimentos, foi encerrado presente período. -----

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos 25 membros presentes, aprovar **em minuta** todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta das deliberações que lhes foi distribuída. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de 25 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 23 horas e 06 minutos, da qual, o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrou a presente ata que, achando-se conforme, se aprova na sessão de 28/02/2025, e vai ser assinada pelo Presidente e Secretários da Mesa. -----

O Presidente



O 1º Secretário



A 2ª Secretária



